

**DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS
DE DIREITOS FUNDAMENTAIS?
WHAT DO WE MEAN WHEN WE TALK ABOUT
FUNDAMENTAL RIGHTS?**

Dora Resende Alves

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

<https://orcid.org/0000-0003-4720-1400>

Maria de Fátima de Castro Tavares Monteiro Pacheco

Instituto Politécnico do Porto

<https://orcid.org/0000-0002-1527-5854>

Resumo: Sem pessoas não há poder e havendo poder, tem de haver direitos fundamentais que as protejam. Mas, uma questão prévia se levanta: de que falamos quando falamos de direitos fundamentais? Ora, o reconhecimento e a proclamação dos direitos fundamentais precede o Estado e subsiste para além dele, o que nos leva a refletir sobre a forma como surgiram e como perduraram até aos nossos dias. Na verdade, não se pode falar de direitos fundamentais sem Constituição, nem de Constituição sem direitos fundamentais.

Nesse contexto, as autoras, para além de revisitarem os documentos internacionais históricos, referem os mais recentes ins-

trumentos jurídicos que os consignam e garantem, dos quais se destaca a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia. O trabalho que agora vem à luz aborda o conceito e sublinha as suas funções, recorda os ensinamentos da História no que concerne à sua evolução, e, finalmente recorda como tais direitos se afirmaram a nível interno e internacional, em especial, no espaço da União Europeia. O percurso incide nos momentos proclamatórios, não se detendo nas formas de tutela que os mesmos foram oferecendo.

A metodologia seguida é descritivo-analítica, empreendida através de pesquisa bibliográfica com consulta de monografias, publicações especializadas e documentos oficiais (legislativos ou preparatórios) que consagram a questão analisada. De pendor teórico-académico, o trabalho é consolidado através da interpretação normativa sistemática e tem como intuito puro a ampliação dos conhecimentos em pesquisa numa abordagem qualitativa e exploratória.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Direitos Humanos; União Europeia; Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.

Abstract: Without people there is no power, and where there is power, fundamental rights must exist to protect people. But one question arises: what do we mean when we talk about fundamental rights? The recognition and proclamation of fundamental rights precedes the State and subsists beyond it, which leads us to reflect on how these rights arose and how they have survived to the present day. In fact, one can not speak of fundamental rights without constitution, or of constitution without fundamental rights. In addition to mentioning the historical international documents, it is urgent to consider recent legal instruments for the protection of fundamental rights, including the Charter of Fundamental Rights of the European Union.

The aim is to address the concept, to delimit it, to underline its functions, to recall the teachings of History regarding its evolution and, finally, how these rights have been affirmed internally and internationally, particularly within the European Union, where we stand. The focus will fall on the moments of proclamation, without tackling the forms of tutelage that they have offered.

The methodology followed is descriptive-analytical, undertaken through bibliographic research with consultation of monographs, specialized publications and, especially, official documents (legislative or preparatory) that enshrine the issue under analysis. From a theoretical-academic point of view, this work is consolidated through systematic normative interpretation and has as its pure aim the expansion of knowledge in research knowledge in a qualitative and exploratory approach.

Keywords: Fundamental Rights; Human Rights; European Union; Charter of Fundamental Rights of the European Union.

Introdução

Se nos situarmos a nível nacional, podemos constatar que os Direitos Fundamentais preexistem ao Estado, traduzindo-se em limites intangíveis à intervenção dos poderes públicos na vida das pessoas, de modo a preservar a sua liberdade individual. Da mesma maneira, se pensarmos em novas formas de agregação do poder político, em concreto, no espaço da União Europeia, damos conta que também os direitos fundamentais se enquadram nos seus horizontes. Outra coisa não podia acontecer, pois sem tal dimensão fundamentalista toda a integração cairia, como um baralho de cartas!

No plano internacional, a conjuntura dos Direitos Fundamentais é muito desigual. Não obstante todo o caminho feito pelas proclama-

ções históricas mais impactantes, o que se tenta é que haja uma defesa verdadeiramente efetiva dos direitos mais elementares das pessoas. É certo que no plano internacional escasseia a densificação típica da dimensão constitucional e inexistente a fiscalização judicial do seu cumprimento efetivo, mas, se tudo falta a um ser humano cumpre ao Direito libertá-lo do limbo onde se encontre. Por isso, haja direitos e haja tribunais que promovam e salvaguardem os Direitos Fundamentais que lhes assistem.

É quase um truísmo afirmar que a consciência universal obriga a que nos detenhamos sobre eles, e que neles identifiquemos o primeiro reduto da nossa humanidade. Sem pessoas não há poder e havendo poder, tem de haver Direitos Fundamentais que protejam as pessoas (matriz liberal), sustentados que estão no respeito incondicional pela dignidade humana, enquanto sentimento comum a todos os povos e culturas. Mas, uma questão prévia se levanta: de que falamos quando falamos de Direitos Fundamentais?

Ora, o reconhecimento e a proclamação destes direitos precede o Estado e subsiste para além dele, o que nos leva a refletir sobre a forma como surgiram e como evoluíram até aos nossos dias. Na verdade, não se pode falar de Direitos Fundamentais sem Constituição, nem de Constituição sem Direitos Fundamentais: tais direitos foram objeto da consagração constitucional dos valores mais supremos de um ordenamento jurídico concreto, mediante a anexação de Declarações de direitos às Constituições (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789), ou através da sua enunciação específica no seio do próprio texto constitucional (Constituição da República Portuguesa de 1976). Tais direitos estabeleceram-se e garantiram-se através das leis fundamentais e da ação do poder judicial (nos EUA), através da lei (em França), ou através do Estado (na Alemanha), assumindo a natureza de princípios ordenadores de um concreto ordenamento jurídico.

Não seria concebível que uma lei fundamental se cingisse à organização do poder político ou económico, pois foi o respeito pelo indivíduo que fundamentou e limitou o próprio poder político, legitimando e dando unidade de sentido às ordens constitucionais positivas. Assim sendo, foi a dignidade da pessoa humana que marcou a fundamentalidade destas posições subjetivas básicas e individuais: a pessoa humana é titular de direitos inaliáveis, direitos esses proclamados nos lugares cimeiros das fontes de direito, ou seja, nas leis fundamentais, e concretizados pelos órgãos legislativos, pelos órgãos aplicadores da justiça e pelas próprias garantias institucionais.

Não se pense, porém, que no plano nacional o caminho está concluído, pois tal trabalho nunca estará encerrado. Os Direitos Fundamentais são produto da civilização humana, logo, são profundamente mutáveis e heterogêneos. A História traz novas e diferenciadas necessidades e o Direito terá de evoluir, acrescentando novos direitos às “listas” de direitos que já existem, criando novas gerações ou dimensões dos mesmos. A sociedade de informação e o desrespeito para com o ambiente, causado pela evolução genética, tecnológica e industrial, pode bulir com a dignidade humana em todas as suas vertentes. É toda uma gama de novas situações, novas vulnerabilidades, novas necessidades coletivas e individuais que reclamam novas formas de proteção. Assim, urge refletir sobre se o “fim do Estado” e a emergência dos espaços multiculturais e dos fluxos migratórios não poderá fazer surgir novas formas de vazios de proteção, novas formas de insegurança (direitos de solidariedade e de identidade genética), novas formas de desconhecimento (direitos de informação), a reclamarem também novos instrumentos jurídicos para a tutela dos direitos fundamentais (direitos de natureza judicial).

É o que iremos fazer. O percurso terá de ser necessariamente breve, despidido de discussões dogmáticas e filosóficas. O que nos propomos, quando falamos em Direitos Fundamentais, é abordar o conceito e sublinhar as suas funções, recordar os ensinamentos

da história no que concerne à sua evolução, e, finalmente, recordar como se afirmaram a nível interno e a nível internacional, em especial no espaço da União Europeia onde nos situamos. O percurso irá incidir nos momentos proclamatórios, pois o tempo não nos permitirá determo-nos sob as formas de tutela que os mesmos foram oferecendo. Tal empreendimento terá de ser objecto de um estudo separado¹.

1. Conceito

Os “Direitos Humanos” são um conjunto de regras jurídicas que reconhecem aos indivíduos direitos e liberdades inerentes ou inatos a toda a humanidade. A expressão é mais recente do que a locução “Direitos do Homem”, abrangendo o conjunto de direitos transcendentais, deduzidos do género humano, cuja necessidade de protecção é objeto de vários instrumentos internacionais. A doutrina dos Direitos do Homem nasceu do jusnaturalismo, pois justificava a sua existência, independentemente do Estado. Os “Direitos Humanos” são um produto da História e, portanto, são o resultado de uma longa evolução, agrupando um conjunto de direitos superiores e apriorísticos a todas as ordens jurídicas positivas (concepções jusnaturalistas). Assim sendo, caracterizam-se pela sua universalidade, abstracção, essencialidade, inalienabilidade e prioridade face ao direito positivo.

A sua concepção parte da ideia de que tais direitos mínimos devem ser comuns a “todos” os seres da raça humana, devendo ser considerados limites transcendentais ao poder constituinte material e prin-

¹ Ver PACHECO, Fátima. “O Sistema de Protecção dos Direitos Fundamentais na União Europeia – Entre a Autonomia e o Compromisso”, in *Julgar*, 2011, p. 11-28; e ainda Vários sistemas e várias respostas para a protecção internacional dos direitos humanos, *Revista Jurídica Portucalense*, 2018, p. 228-250.

cípios axiológicos fundamentais. Neles sobressai o facto de serem mais ligados aos indivíduos e não tanto aos Estados, em virtude de decorrerem de imperativos éticos.

O problema fundamental que assiste a estes direitos, não é tanto a sua fundamentação, mas sim a sua exequibilidade. Assim, é mais fácil enunciá-los do que protegê-los, pois apesar de os prevermos em Declarações ou catálogos, eles continuam a ser violados. O reconhecimento internacional dos “Direitos do Homem” impõe aos Estados o dever de os integrarem na sua legislação (direito positivo), pelo que devem ser regulamentados pelo poder político para que se tornem uma realidade jurídica.

A locução “Direitos do Homem” encontrava consagração na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e variados outros documentos internacionais. Também a Constituição portuguesa se refere a “Direitos do Homem” no artigo 7.º, n.º 1, já o texto do artigo 2.º reconhece a vinculação do Estado português aos “Direitos e Liberdades Fundamentais.” Mas note-se o recente afastamento em relação àquela terminologia².

Por sua vez, os “Direitos Fundamentais” estão ligados a posições subjetivas básicas dos indivíduos consagradas a nível constitucional (em sentido formal), designando os direitos vigentes das pessoas face a uma organização política. São direitos cuja função é defender os eventuais “excessos” do poder. Desta forma, podemos dizer que há uma incindível ligação entre Constituição e Direitos Fundamentais. Estes direitos resultam do respeito absoluto por um

² Conforme publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2019 de 29 de janeiro, no Diário da República português, 1.ª série, n.º 20, p. 586, com a determinação de adoção da expressão “direitos humanos” substituindo a expressão “direitos do homem”, nos documentos oficiais, académicos e outros, na oralidade e no ensino. Aqui a perspetiva será numa política de paridade de género: “direitos humanos” como nova terminologia não discriminatória. Surge no seguimento da Resolução da Assembleia da República n.º 39/2013, de 3 de abril (no DR n.º 65 de 03.04.2013, p. 1950).

“sentimento jurídico coletivo”, e encarnam determinados valores essenciais derivados da dignidade humana (sentido material). Os “Direitos Fundamentais” serão, portanto, os direitos reconhecidos e garantidos por normas superiores dos ordenamentos jurídicos ou provenientes de outras fontes, que encerram valores transcendentes ao próprio poder constituinte material³, considerados dignos de proteção por parte de um determinado sistema normativo. Estes direitos estão associados à liberdade pessoal e à liberdade política, pelo que são um requisito para o regular funcionamento da democracia. Se estes direitos integram uma ordem jurídica concreta, estadual, os primeiros (Direitos Humanos) derivam da natureza humana, ou seja, são um conjunto de direitos que cada um possui apenas pelo facto de se ser humano.

Articulando-se o direito da União Europeia com o Direito Internacional, a nomenclatura utilizada pela União Europeia, tanto por parte do Tribunal – a propósito da redação dos seus acórdãos e pareceres – como da parte das instituições – a propósito da elaboração do direito derivado e de várias declarações políticas – não é rigorosa. A nível dos tratados, a redação do artigo 2.º, e do artigo 6.º,

³ Sob o ponto de vista clássico, o poder constituinte material ou originário é um poder inicial e criador de uma constituição, ligado à ideia de Estado soberano e provindo do povo, seu titular último. Consiste, portanto, na faculdade de um povo dar a si mesmo um texto constitucional. Assim, situa-se acima da própria constituição, autoconformando o Estado. Já em sentido formal, trata-se de um poder cristalizado numa norma específica, mediante a decretação de uma constituição em sentido formal (ato constituinte). Ou seja, refere-se não ao seu momento legitimatório, mas a um «processo de fabrico», ou de elaboração de um texto constitucional. Sobre o poder constituinte, vd. MORAIS, Carlos Blanco de. *Justiça Constitucional – Garantia da Constituição e Controlo da Constitucionalidade*. 2006; CANOTILHO, Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 2000; MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. 2002; PINTO, Luzia Marques da Silva Cabral. *Os limites do poder constituinte e a legitimidade material da Constituição*. 1994. Abordando a questão do poder constituinte e seus modos de revelação, vd. VAZ, Manuel Afonso. *Teoria da Constituição – o que é a Constituição hoje?* 2012; BRITO, Miguel Nogueira de. *A Constituição Constituinte*, 2000; BACHOF, Otto. *Normas constitucionais inconstitucionais*. 2001; LIPPOLIS, Vincenzo. «Assembleia Constituinte», in *Dicionário de Política*, 2000, p. 61-64.

n.º 3, do TUE, refere-se a “Direitos do Homem.” O conceito é ali assumido numa aceção mais internacionalista exprimindo a vinculação da União no plano do seu relacionamento internacional, aliás na esteira da redação da CEDH. Esta designação persiste em vários dispositivos do Tratado de Lisboa, quando se refere à ação externa da União, o que revela a intenção de a União – a exemplo dos Estados – se declarar vinculada pelo respeito pelos Direitos do Homem no plano do seu relacionamento com organizações internacionais ou terceiros Estados. De ressaltar que a CDFUE optou pela locução “Direitos Fundamentais,” designando um conjunto de preceitos vinculativos da actuação da União Europeia, assim respeitando a tradição das constituições nacionais e exprimindo o fundamento constitucional da União.

2. Os Direitos fundamentais na história e o seu cruzamento com o constitucionalismo

Quando falamos de direitos fundamentais, e sublinhando aqui a visão histórica do Direito, vem de imediato a lembrança (isto sem recuarmos mais, nomeadamente aos estoicos, entre 342 e 270 a.C.; a antecedentes de 1118, com a Declaração das Cortes de Leão; e de 1215, com a Magna Carta, a Petition of Right, de 1628, o Habeas Corpus Act, de 1679, ou com o Bill of the Rights, de 1689) das revoluções americana (1776) e francesa (1789) como marcos ocidentais de onde resultam as primeiras declarações de direitos – a Declaração de Direitos do Estado da Virgínia (*Virginia Declaration of Rights*)⁴,

⁴ Texto em http://avalon.law.yale.edu/18th_century/virginia.asp, consulta em 10/11/2018.

de 1776, e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão⁵ (*Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*) de 1789. Em seguida, as constituições que as consagram: a americana, a mesma até hoje, e as francesas (regime presidencialista), na de 1848 e ainda na vigente, de 1958⁶.

Atente-se que não foi a Revolução Americana que inventou que os Direitos Fundamentais não estão ao alcance de qualquer governo. Na verdade, os *founding fathers*, já alertavam que o homem não desistiu dos seus direitos naturais apenas para obter a segurança, por isso se pode asseverar que a Revolução Americana foi beber a sua inspiração à tradição da *Common Law*. A Constituição dos Estados Unidos da América⁷ de 1787, como o mais antigo e mais curto

⁵ Texto em <https://www.conseil-constitutionnel.fr/le-bloc-de-constitutionnalite/declaration-des-droits-de-l-homme-et-du-citoyen-de-1789>, consulta em 10/11/2018. Vale a pena salientar que a constitucionalização dos direitos fundamentais em França revestiu contornos específicos. A declaração francesa conta com princípios fundamentais mas é parca de meios de proteção. A declaração de direitos, diferentemente da experiência americana, visa assegurar o funcionamento do Estado de acordo com os princípios democráticos. O legislador era visto como representante do interesse geral, mandatado num Parlamento de composição quase totalmente burguesa, daí os direitos constantes da Declaração estarem submetidos a limites legais. Os direitos fundamentais eram matéria de “reserva de lei”. A Declaração francesa indica como titular do poder legislativo a “vontade geral”, embora parta da ideia da anterioridade dos direitos naturais face à institucionalização do poder civil, pelo que se constituiu como um corpo independente da Constituição. Nos termos do seu preâmbulo, afirma que «*o esquecimento e o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos*». A matriz doutrinária da Declaração, que precede a constituição, está contida nos três primeiros artigos: a condição natural dos indivíduos que precede à sociedade civil (todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos), finalidade da sociedade política, e legitimidade do poder da nação.

⁶ Texto em <https://www.conseil-constitutionnel.fr/le-bloc-de-constitutionnalite/texte-integral-de-la-constitution-du-4-octobre-1958-en-vigueur>, consulta em 10/11/2018.

⁷ Texto em https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm, consulta em 10/11/2018. A experiência americana, diferentemente da francesa, afirma o povo como autoridade política superior e a subordinação dos poderes constituídos à constituição garantística. Na expressão de AFONSO VAZ. *A teoria da Constituição Teoria da Constituição – o que é a Constituição hoje?* 2012, p. 80, o poder constituinte nos EUA «revelou-se como soberania funcional para redefinir a *higher law, the fundamental and paramount law of the Nation* e para estabelecer as regras de jogo entre os poderes constituídos e a sociedade».

texto constitucional⁸, que se mantém até aos dias atuais, acrescenta⁹, numa construção muito própria, o seu *Bill of Rights* através dos primeiros 10 aditamentos ou *Amendments*¹⁰, apenas em 1791, deixando depois às constituições dos estados federados a definição e o desenvolvimento do seu elenco.

Desta forma, a “Declaração de Direitos” seria a primeira parte da Constituição, sendo a segunda o “quadro” do governo, pois toda a revolução anticolonial sublinhava que os direitos do povo legitimavam o seu poder. Com efeito, o constitucionalismo americano era afoito na sua afirmação de que todo o governo deveria assegurar e alargar os direitos naturais e inalienáveis do homem, pelo que assumia o povo como fonte de soberania. No quadro do constitucionalismo americano, todos os direitos declarados podiam ser judicialmente reclamados, sob pena de serem inúteis, facto que constituiu a grande conquista da Revolução Americana, e a grande diferença da Revolução Francesa. Por isso, entre 1776 (Declaração de Maryland, Pensilvânia, Virgínia e Carolina do Norte) e 1849 (Califórnia, Mississípi, Alabama), apenas 10% das Constituições americanas não apresentavam referências aos direitos humanos. As restantes enunciavam 3 grupos de direitos, previstos em determinações iniciais: primeiros princípios; direitos conferidos aos indivíduos (sociais e económicos); e proteção passiva de direitos mediante ações judiciais contra abusos e ameaças do poder.

Os 10 primeiros aditamentos da Constituição Federal Americana de Filadélfia de 1787 – verdadeiro pacto constituinte do Estado federal – introduzidos em 1791 (primeira revisão constitucional), previam já quase todos os direitos humanos clássicos, direitos e liberdades

⁸ Em “Erecting a Virtual Schoolhouse Gate” in *Constitutional Knowledge and Its Impact on Citizenship Exercise in a Networked Society*. IGI Global, 2019.

⁹ Em <https://www.congress.gov/content/conan/pdf/GPO-CONAN-REV-2016.pdf>, consulta em 10/11/2018.

¹⁰ Das 26 totais. Foram ao todo 27 com um revogado.

dos cidadãos, proclamando princípios políticos gerais sobre as relações do indivíduo, com a sociedade e com o governo. Tal facto deveu-se à circunstância da Constituição, de 1787, não ter previsto uma Declaração de direitos, na sua versão inicial, mas ter como preocupação fundamental garantir a separação dos poderes entre o Congresso e o Presidente, pois temia-se que a previsão dos Direitos Fundamentais pudesse vir a limitar as prerrogativas dos Estados a favor da União. A evolução posterior a 1776 – ano da Declaração da independência das 13 colónias, em Virgínia – deslocou as declarações para o fim dos textos constitucionais (depois de definidas as responsabilidades do governo), o que implicou que fosse a própria constituição federal a conferir legalidade à declaração de direitos, e não esta a legitimar o poder do governo.

Desde então, o respeito pelos direitos fundamentais continua na agenda política¹¹, do século XVIII até aos dias de hoje, conforme dados publicados pela Comissão Europeia¹².

3. O surgir da consagração internacional

O reconhecimento internacional dos Direitos Humanos tem uma enorme importância, pois determina a todos os Estados o mesmo dever, qual seja o de integrar os direitos em causa na sua ordem jurídica interna. Estas promessas de respeito incondicional para com

¹¹ Em “The new paths of fundamental rights in the 21st century – a new format for the declarations of rights” in *Constitutional Knowledge and its Impact on Citizenship Exercise in a Networked Society*. IGI Global, 2019.

¹² A Comissão Europeia anualmente publica documento semelhante à Resolução do Parlamento Europeu 2018/C 369/07, de 13 de dezembro de 2017, sobre o Relatório Anual sobre os Direitos Humanos e a Democracia no Mundo em 2016 e a política da União Europeia nesta matéria, JOUE C 369 de 11.10.2018, p. 56-72, e publicou em 11/12/2018 um relatório intercalar sobre os diálogos com os cidadãos e as consultas aos cidadãos (https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/eu-progress-report-consultations-111218_en.pdf).

o ser humano surgem, essencialmente, após 1945, ano em que o mundo se deparou com o mais profundo desprezo pela vida humana. Com efeito, pela primeira vez na História¹³, um tratado internacional – a ONU – referia-se expressamente a estes direitos, precisando, no segundo parágrafo do seu preâmbulo que os povos das Nações Unidas estavam determinados a «*reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos de homens e mulheres e das nações grandes ou pequenas*». Todavia, como é sabido, os compromissos da Carta estavam, como estão, mais centrados em «*salvaguardar as gerações do flagelo da guerra*», pelo que deixaram às organizações regionais a tarefa árdua de os assegurar.

Foi neste contexto que no direito internacional de carácter universal, ainda que com reservas quanto à vinculação jurídica, surgiu, no âmbito das Nações Unidas como previsão e objetivo¹⁴ a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1948, sendo que a partir dela se celebraram imensas convenções para a salvaguarda de tais direitos.

A DUDH é o sinal de que toda a humanidade partilha valores e ideais comuns, daí a sua universalidade abstrata, porém atente-se que a Declaração somente vale no âmbito dos Estados que reconhecem «*a dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis*», tendo completado 70 anos em 2018¹⁵. Redigida por René Cassin, a DUDH constitui um documento

¹³ Refira-se, no entanto, que depois da primeira Grande Guerra surgiram vários tratados para a protecção das minorias, mas não para proteger os Direitos Humanos em geral. É o caso, por exemplo, da Convenção Germano-Polaca sobre a Alta Silésia, de 1922. Sobre esta questão, vd. A. H. Robertson; J. G. Merrills. *Human Rights in the world*. 1996, p. 20-23.

¹⁴ Listagem de documentos em <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Education/Training/Compilation/Pages/Listofcontents.aspx>, consulta em 13/11/2018.

¹⁵ Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2018 publicada no *Diário da República* n.º 83, I Série de 30 de abril, p. 1757-1759.

dotado de um incontestado valor moral, que, embora só reconhecido por Portugal em 1978¹⁶, vem expressamente consagrado no artigo 16.º, n.º 2, da Constituição¹⁷, dotando-o de valor interpretativo e integrativo¹⁸.

Seguem-se documentos essenciais como a Convenção Europeia dos Direitos Humanos de 1950¹⁹; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969²⁰; e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981²¹ que não cabe aqui desenvolver.

4. A consagração de direitos fundamentais pela União Europeia: dos tratados iniciais à proclamação e integração da Carta dos Direitos Fundamentais – um breve percurso²²

É da natureza da União Europeia (UE) criar e aplicar direito que se destina a Estados e a indivíduos. O seu sistema jurídico baseia-se num sistema de fontes e princípios próprio, num sistema institucional independente e em objetivos específicos, suscetíveis de cobrirem todos os domínios da regulação jurídica. A ordem jurídica da União

¹⁶ Publicada no *Diário da República, I Série A*, n.º 57/78 de 9 de Março.

¹⁷ Ver MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo IV. 2012, p. 195, e ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*. 2017.

¹⁸ Jorge Miranda em artigo de opinião, disponível em <https://www.publico.pt/2018/12/12/politica/opiniao/declaracao-universal-direitos-homem-constituicao-portuguesa-1854353>, consulta em 12/12/2018.

¹⁹ Texto em <http://gddc.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/conselho-da-europa-0?menu=direitos-humanos>. Consulta em 20/02/2019.

²⁰ Texto em <http://gddc.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/o-sistema-interamericano-organizacao-de-estado-americanos?menu=direitos-humanos>. Consulta em 20/02/2019.

²¹ Texto em <http://gddc.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/uniao-africana?menu=direitos-humanos>. Consulta em 20/02/2019.

²² Por tudo, seguiu-se PACHECO, Fátima. *Entre limites e expansibilidade: as disposições horizontais da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Tese, 2014.

goza de prevalência na sua aplicação, implica a inaplicabilidade das normas nacionais contrárias, e obriga os tribunais e as administrações nacionais a assegurarem tal prevalência e efetividade.

Uma entidade com atribuições tão vastas e com tão grande capacidade de penetração nos direitos internos, para além de se afastar dos parâmetros internacionais clássicos, teria de caminhar ao encontro dos Direitos Fundamentais. Assim, em profundo contraste com os tratados iniciais, a União Europeia de hoje afirma-se como um espaço jurisdicional que, muito embora desprovido de uma estrutura centralizada de Direitos Fundamentais, apresenta já um sistema de protecção verdadeiramente autónomo. Estamos em crer que a institucionalização da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) veio criar um verdadeiro subsistema dentro do sistema geral de protecção de Direitos Fundamentais. Estes direitos foram também objeto de protecção a nível jurídico-institucional, pertencendo agora ao tempo dos humanos o seu enraizamento no sentimento de pertença à União.

Nos tratados iniciais não existia qualquer catálogo de Direitos Fundamentais, por isso foi o vanguardismo da atividade jurisprudencial que permitiu que tais direitos fossem configurados como princípios estruturantes da ordem jurídica da União. Na realidade, os tratados em vigor já conferem Direitos Fundamentais diretamente aos indivíduos, senão veja-se: o seu preâmbulo confirma o *«apego dos europeus por os direitos do Homem e liberdades fundamentais»*; o artigo 2.º TUE refere-os como um dos valores em que se funda a União; o artigo 3.º enuncia o objetivo de os promover; o seu artigo 6.º, n.º 1, reconhece a existência de um catálogo de direitos, princípios e objetivos (CDFUE), o seu n.º 2 menciona o compromisso da União aderir ao sistema internacional regional de protecção de direitos fundamentais; o artigo 7.º consagra um processo de incumprimento especial para os Estados que violam ou ameaçam violar os valores referidos no artigo 2.º; os tratados contêm várias disposições que os

contemplam e uma política externa de direitos humanos; e existe uma agência para a sua verificação²³. A acrescer a tais constatações, um volver de olhos pela jurisprudência do TJUE revela um profundo ativismo em assuntos de justiça criminal, liberdade, segurança e justiça, proteção de dados, situação da família, cidadania, liberdades fundamentais, asilo e imigração e meios antiterroristas. É, portanto, seguro asseverar que a UE dispõe de um sistema de proteção de direitos fundamentais verdadeiramente autónomo que assenta nos direitos consignados na CDFUE; nos direitos previstos nos tratados; e nos princípios gerais de direito da União, deles fazendo parte incindível as tradições constitucionais comuns e o conteúdo dos direitos consagrados na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) – ainda que interpretados e aplicados sob o crivo do direito da União. Neste contexto, o sistema de proteção dos Direitos Fundamentais da União apresenta-se como um sistema interno de proteção de uma verdadeira União de Direito integrada que está num universo de diferenciados ordenamentos nacionais.

Foi no Conselho Europeu de Colónia, em junho de 1999, que se aprovou a criação de uma instância *ad hoc*, cujo objetivo se consubstanciava em apresentar um projeto de Carta de Direitos Fundamentais «(...) *na qual ficassem consignados, com toda a evidência, a importância primordial de tais direitos e o seu alcance para os cidadãos*

²³ A Agência Europeia para os Direitos Fundamentais, disponível em <https://fra.europa.eu/pt>. Por outro lado, o papel do Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos é o de aumentar a eficácia e a visibilidade da política de Direitos Humanos em estreita colaboração com o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE). Eamon Gilmore é o atual representante especial da União Europeia (REUE) para os Direitos Humanos pela Decisão (PESC) 2019/346 do Conselho de 28 de fevereiro de 2019, JOUE C 62 de 01.03.2019, p. 12-15. O cargo fora ocupado por Stavros Lambrinidis, nomeado em julho de 2012, como primeiro Representante Especial temático da UE. Ver Decisão (PESC) 2017/346 do Conselho de 27 de fevereiro de 2017 que prorrogou o mandato do Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos, JOEL L 50 de 28.02.2017, p. 66-69, e a Decisão (PESC) 2018/225 do Conselho de 15 de fevereiro de 2018 que altera a Decisão (PESC) 2017/346, no JOUE L 43 de 16.02.2018, p. 14.

da união».²⁴ Tratava-se, portanto, de dar visibilidade aos direitos, liberdades e princípios reconhecidos pela União. A instância designar-se-ia por “Convenção”²⁵ e teria sido mandatada para redigir o referido projeto, cuja versão final foi apresentada à apreciação dos Chefes de Estado ou do Governo, reunidos em Biarritz, em Outubro do mesmo ano. Uma vez verificado o consenso dos Estados-Membros, a Carta foi aceite solenemente no Conselho Europeu de Nice e proclamada pelos presidentes do Parlamento Europeu, Conselho e Comissão. Após a assinatura conjunta desses presidentes, a Carta foi proclamada em 7 de Dezembro de 2000. Porém, não obstante o consenso obtido quanto aos direitos a consagrar, não se logrou a sua incorporação nos tratados, apenas sendo possível enquadrá-la como um acordo interinstitucional²⁶.

A elaboração da Carta materializou uma experiência constituinte no processo de constitucionalização gradual dos tratados. Na verdade,

²⁴ Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Colónia, de 3-4 de junho de 1999, § 18 e Anexo IV. Disponível em <http://ue.eu.int/ueDoc/cms-Data/docs/pressData/en/ec/Kolnen.htm>

²⁵ Quanto ao procedimento para a sua elaboração, vd. Conclusões do Conselho Europeu de Tampere, 15 e 16 de outubro de 1999 (<http://db.consilium.ei.int>). A Convenção era constituída por chefes de Estado e do Governo e por um representante do Presidente da Comissão, bem como membros do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, a que se juntaram observadores permanentes do TJCE, e do Conselho da Europa. O Comité Económico e Social, o Comité das Regiões, o Provedor de Justiça Europeu, e vários representantes da sociedade civil apresentaram as suas observações. Seria ainda criada uma mesa – constituída por um vice-presidente dos governos dos Estados Membros, outro do grupo dos deputados europeus e, outro ainda, dos deputados nacionais, designada “Praesidium”, cujas reuniões teriam a participação do presidente da Convenção, dos presidentes de cada grupo de trabalho e do representante da Comissão.

²⁶ Neste sentido, vd. DUARTE, Maria Luísa. *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*. 2006, p. 150, qualificando a Carta como «acordo interinstitucional, a Carta foi publicada, em 18 de dezembro de 2000, na *Série C do JOCE*, o que não aconteceria caso ela se limitasse a ser uma mera declaração política». Ainda QUADROS, Fausto de. *Direito da União Europeia – Direito Constitucional e Administrativo da União Europeia*. 2013, p. 154; VITORINO, António. *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, 2002, p. 48, e LA ROCHÈRE Jacqueline Dutheil de. *Les droits fondamentaux reconnus par la Charte et leurs applications*, 2002, p. 227-253.

não obstante a sua imediata falta de vinculatividade, não se poderia ignorar que ela tinha sido redigida no pressuposto de vir a ser integrada nos tratados (doutrina *as if*), para assim garantir a visibilidade e segurança jurídica na criação e aplicação do direito.

4.1. O lugar da Carta de Nice a Lisboa

A questão da vinculatividade da Carta foi discutida na “Convenção Sobre o Futuro da Europa” que se destinava a preparar as decisões fundamentais a tomar pela CIG de 2004²⁷. Esta nova Convenção, convocada pelo Conselho Europeu de Laeken (Bélgica), em dezembro de 2001, tinha como objetivo contribuir para um processo de revisão dos tratados global, transparente e participado, com vista ao estabelecimento do futuro da União. Este desiderato passava pela elaboração de um documento que poderia ser um “Tratado” ou um “Texto Constitucional”, tão breve quanto possível, ou seja, antes das eleições ao Parlamento Europeu, em Junho de 2004. Neste contexto, o Relatório Final do Grupo II encarregue de analisar a questão da integração da Carta (e adesão à CEDH), tendia para a sua inserção no corpo dos tratados (início, Título ou Capítulo) ou, em alternativa, pela sua indicação num artigo que lhe fizesse referência. Todavia, como é sabido, os referendos negativos em França e na Holanda, em 2005, ditaram o fim do TECE, que nunca teria vindo à luz. Nessas circunstâncias, os chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros, em

²⁷ Os trabalhos desta Convenção, iniciados em fevereiro de 2002, redigiram o projeto de “TCECE,” adotado por consenso, em Junho de 2003 e destinava-se a ser submetido à Conferência Intergovernamental de Revisão dos Tratados, a quem caberia decidir nos termos gerais do procedimento previsto no artigo 48.º TUE, ou seja: a necessitar de ratificação de todos os Estados Membros. A Declaração n.º 23, anexa ao TN, já previa a realização da CIG de 2004, onde se discutiriam vários problemas sobre o futuro da Europa, nomeadamente: a repartição de competências; o estatuto da Carta (n.º 5 da Declaração respeitante ao futuro da União); a simplificação dos tratados e o papel dos parlamentos nacionais.

Junho de 2005, decidiram iniciar um período de reflexão sobre o futuro da Europa. Em 22 de junho de 2007, retomando o procedimento clássico de reforma dos tratados, o Conselho Europeu acordaria em convocar uma CIG para a redação e aprovação de um «Tratado Reformador», ou dito de outra maneira: de um tratado modificativo dos tratados anteriores. A conferência culminou na obtenção de um acordo político na cimeira informal de Chefes de Estado ou de Governo, em Lisboa, em Outubro do mesmo ano. No dia 13 de Dezembro, de 2007, foi assinado o novo tratado²⁸, em Lisboa, por ocasião da presidência portuguesa. Este tratado ditou o fim da Comunidade Europeia e a sua substituição pela União Europeia, finalmente, com reconhecimento expresso da sua personalidade jurídica.

Ao longo deste processo a Carta viria a sofrer adaptações, tendo a sua versão definitiva sido publicada no JOUE C 303, de 14 de Dezembro de 2007. Foram, ainda, adicionadas as “Anotações”, redigidas pela Convenção de 2000, e atualizadas sob responsabilidade do *Praesidium* da Convenção sobre o futuro da Europa, de 2003, para as quais o disposto no 3.º § do n.º 1 do artigo 6.º TUE, o 5.º § do Preâmbulo, e o n.º 7 do artigo 52.º remetem expressamente. Trata-se de um imprescindível elemento de interpretação autêntica, sem contudo possuírem o valor jurídico-convencional do direito originário. Não se trata de meros trabalhos preparatórios, nos termos defi-

²⁸ Em 1 de Dezembro, de 2009, entrou em vigor o Tratado de Lisboa (TL), abrindo uma «nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa». Mantendo a natureza internacional dos tratados constitutivos, e permitindo a coexistência de regimes jurídicos diferenciados, este tratado alterou o TUE e o TCE, extinguindo a Comunidade Europeia, na qual a União se fundava e com a qual coexistia. A reforma dos tratados deu origem a dois novos textos internacionais, com o mesmo valor jurídico, na base dos quais se enquadra o novo estatuto da UE. A União funda-se no Tratado da União Europeia (TUE) e no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), substituindo e sucedendo à Comunidade Europeia. O TL tem uma natureza transitória, uma vez que apenas contém as alterações que deviam ser inseridas nos tratados que constituíam o direito originário da União Europeia. Do direito originário faz ainda parte o TCEA, instituído em 1957, sem alterações de substância desde aí.

nidos pela Convenção de Viena sobre direito dos tratados, de 1969²⁹, mas sim de um pragmático instrumento para a clarificação do conteúdo dos direitos e do processo formativo da Carta.

Com a integração da Carta nos tratados, a União passou a dispor de um catálogo próprio de Direitos Fundamentais, mediante a sua inserção em texto avulso, tendo-lhe sido “reconhecido” efeito jurídico por via da entrada em vigor do TL, nos termos previstos pelo artigo 6.º, n.º 1, TUE, que prevê a remissão para a Carta, assim lhe conferindo a necessária juridicidade.

4.2. Conteúdo da Carta dos Direitos Fundamentais

Foi deste modo que se constitucionalizou um autónomo catálogo de Direitos Fundamentais, ainda que circunscrito à reafirmação dos direitos já revelados pelo Tribunal. Com efeito, nos termos do 5.º § do seu Preâmbulo, declara-se que a Carta “reafirma” direitos cuja origem decorria das tradições constitucionais e das obrigações internacionais comuns dos seus Estados-Membros, da CEDH, das Cartas Sociais aprovadas pela União e pelo Conselho da Europa, bem como da jurisprudência do TJUE e do TEDH.

Ora, a Carta dispõe de Preâmbulo próprio, regras de aplicação e de interpretação especiais, e Anotações específicas. Nessa medida, constitui uma peça jurídica independente que criou um sistema interno específico integrado no sistema, mais lato, de proteção dos Direitos Fundamentais da União. Ou seja, o Tratado de Lisboa outorga valor de tratado internacional à própria Carta, sem que a tenha submetido aos mecanismos de aprovação internacional. Desta forma, embora de modo diferenciado relativamente ao previsto no TECE, a

²⁹ Texto em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-de-viena-sobre-o-direito-dos-tratados-0>. Consulta em 19/02/2019.

Carta adquiriu – por via do artigo 6.º, n.º 1, TUE – valor de *hard law*, passando a gozar da mesma força jurídica do direito originário ou primário. Uma vez que «*tem o mesmo valor jurídico dos Tratados*», a Carta beneficia da sindicabilidade jurídica de que goza qualquer disposição dos tratados.

Reconhecendo e refundindo³⁰ tais direitos, o seu conteúdo refletiu o “adquirido comunitário e europeu” no domínio dos Direitos Fundamentais. Por outro lado, codificando direitos e princípios³¹, a Carta legitimou a atuação da União enquanto estrutura política e espaço comum de valores. Tendo o seu objetivo prioritário a proteção dos indivíduos face ao poder político, primeira vocação de uma declaração de direitos, a Carta permitiu envolver as pessoas no centro do processo de integração europeia. A União adquiriu finalmente a sua alma: os direitos fundamentais figuram num texto repleto de valores universais³². Tratou-se, portanto, de dar à luz o primeiro instrumento “comunitário” com intencionalidade normativa que positivou os direitos fundamentais da União, oferecendo aos indivíduos um conjunto de normas suscetíveis de serem invocadas contra os seus titulares passivos. Nesta medida, a Carta materializou um claro e único momento de impulso constituinte, no seio da União Europeia.

³⁰ Falando de uma refundição de todo o direito anterior à proclamação da Carta, vd. MENÉNDEZ, Agustín José. «Unión Europea y Derechos Fundamentales en perspectiva constitucional», 2004, p. 93-126.

³¹ Enfatizando a Carta enquanto «*instrumento declarativo e codificador de direitos já reconhecidos no âmbito da ordem jurídica comunitária*»; como expressão da continuidade do «*método comunitário dos pequenos passos*»; destacando que a proclamação solene precedeu à sua incorporação; e, negando a relevância constituinte da Carta, vd. DUARTE, Maria Luísa. *União Europeia*, 2006, p. 132. Em sentido oposto, encarando a Carta como «*instrumento constitucional*», vd. MADURO, Miguel Poiares. *A Constituição plural – constitucionalismo e União Europeia*. 2006.

³² Para um debate entre a posição que antevia na Carta uma função integracionista, potencialmente constitucional, de identificação dos valores básicos comuns transcendentais aos Estados-Membros, e a perspetiva que afirmava que os direitos não criavam, de *per si*, uma identidade política, podendo enfraquecer a integração, vd. McCRUDDEN, Christopher. The future of the EU Charter of Fundamental Rights, in *Jean Monnet working papers*, n.º 10/01.

Para a sua elaboração, os redatores da Carta recorreram a vários tipos de fontes³³, tais como: preceitos consignados na CEDH, na Carta Social Europeia³⁴, na Carta Comunitária de Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores³⁵, nos próprios Tratados (assim reforçando a sua fundamentalidade), e também, nas tradições constitucionais e nas obrigações internacionais comuns aos seus Estados-Membros, incluindo jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH)³⁶ e do TJUE, e ainda outros direitos provenientes de Pactos Internacionais. A CEDH e a Carta Social Europeia foram, respetivamente, fonte dos direitos de “Dignidade” (Título I), das “Liberdades” (Título II), da “Justiça” (Título VI), e da “Solidariedade” (Título IV). Os tratados inspiraram os direitos de “Cidadania” (Título V); e os outros instrumentos internacionais deram origem aos direitos dispersos. De referir, ainda, a existência de um grupo de direitos sem precedente histórico na União – *verbi gratia* a proibição do tráfico de pessoas, os direitos da bioética, o direito à objeção de consciência, os direitos das crianças, e a liberdade artística e científica, testemunhos da amplitude, versatilidade e atualidade da Carta.

Portanto, tal como já foi referido, em virtude do novo n.º 1 do artigo 6.º TUE, os direitos previstos na CDFUE passaram a gozar de efeito jurídico vinculativo, perdendo a natureza de princípios gerais

³³ Sobre as fontes utilizadas para cada um dos seus preceitos, vd. Anotações da presidência da Convenção relativas à Carta dos Direitos Fundamentais, in *Jornal Oficial* n.º 303 de 14/12/2007, p. 0017-0035. Sobre a extensão das fontes dos direitos fundamentais no sistema de direito da União Europeia e sua forma de sistematização, vd. PICOD, Fabrice – *Les sources*. In *Réalité et perspectives du droit communautaire des droits fondamentaux*, 2000, p. 125-185.

³⁴ De 1996. Texto em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-social-europeia-revista-20>, consulta em 19/02/2019.

³⁵ De 1989. Texto em <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000043001-000044000/000043646.pdf>, consulta em 19/02/2019.

³⁶ A realidade jurisprudencial do TEDH é mais vasta do que resulta dos limites materiais da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), afirmando que não deve fazer-se uma divisão estanque entre a esfera dos direitos civis e políticos e o domínio social.

de direito para passarem a ser normas internas constitutivas da União. O TL igualou o seu valor jurídico ao dos tratados, publicando-a do mesmo modo que os Protocolos e Declarações.

Sob o ponto de vista da sua sistematização, após um Preâmbulo onde se indicam os fundamentos e objetivos da União, a necessidade da proteção e a diversidade das suas fontes, a Carta desenrola-se em 54 artigos, agrupando ao longo de 6 Títulos, direitos de primeira, segunda e terceira geração, estabelecidos em torno dos valores comuns da União. Os direitos apresentam-se sistematizados em plano de igualdade e, exceção feita para os direitos de cidadania e os direitos específicos são quase todos eles atribuídos aos indivíduos, independentemente da sua nacionalidade. Esta universalidade ilustra uma manifestação da jusfundamentalidade europeia, pois permite a incorporação da igualdade: agregando os cidadãos e irradiando a sua influência a terceiras pessoas, densifica o valor indivisível da dignidade humana³⁷.

Sendo embora um texto único, a Carta apresenta uma divisão entre a sua parte substantiva e a sua parte interpretativa. A primeira responde ao apelo da visibilidade e certeza; a segunda, constituída pelas disposições horizontais, elucida sobre o seu alcance e forma de aplicação. Nessa medida – apesar de possuir um valor e regime idêntico ao dos tratados – apresenta-se como um instrumento jurídico autónomo e completo por relação com eles, o que justifica o Preâmbulo próprio e as Anotações adicionais, constituindo um acréscimo ao sistema geral de proteção de direitos fundamentais da União.

De referir que os destinatários da CDFUE são as instituições, órgãos e organismos da União, bem como os Estados-Membros, apenas quando aplicam o direito da União. A CDFUE nada acrescenta às atribuições e competências da União e das suas instituições (artigo

³⁷ Sobre esta questão vd. MARTINS, Ana Maria Guerra. «Les valeurs communes et la place de la Charte en Europe», 2003, p. 63-95.

51.º, n.º 1), não obstante comungar com as demais declarações de direitos uma vocação expansionista. No que toca ao alcance da sua aplicação e ao seu modo de interpretação, deve ter-se em conta que a restrição do exercício dos direitos englobados na CDFUE deve ser prevista por lei, respeitar o seu conteúdo essencial e observar a proporcionalidade (artigo 52.º, n.º 1). Acresce que quando a CDFUE se refere a direitos correspondentes aos previstos na CEDH, o seu sentido e âmbito deve ser pelo menos igual à proteção mínima garantida por aquela convenção (artigo 52.º, n.º 3); quando reconheça direitos fundamentais que decorrem das tradições constitucionais comuns, devem tais direitos ser interpretados de harmonia com elas (artigo 52.º, n.º 4). Ademais, a CDFUE impõe um elevado nível de proteção dos direitos que consigna no âmbito de aplicação do direito da União (artigo 53.º), e proíbe todas as situações em que a aplicação dos direitos fundamentais conduza à sua utilização abusiva (artigo 54.º).

Conclusão

Conforme indicado, apresentámos uma breve aproximação àquilo a que nos referimos quando pretendemos falar de direitos fundamentais. Sem esquecer a sempre fulcral origem dos textos da sua consagração, momento passado mas tão necessariamente presente devido ao seu permanente desrespeito, dedicámos maior atenção ao seu enquadramento pela União Europeia, como momento presente da nossa História.

Num percurso próprio, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia surge no século XXI, sem que existisse nos tratados institutivos da integração europeia qualquer catálogo de Direitos Fundamentais. Resultado duma profícua atividade jurisprudencial, tais direitos foram configurados como princípios estruturantes da ordem jurídica da União, e agora conhecem a sua positivação num

catálogo que pode ser invocado nos Tribunais da União e nos nacionais. É nesta vinculatividade que reside a força do sistema supraestadual de proteção de direitos que a União Europeia consegue assegurar aos seus titulares.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, José Carlos Vieira de. *Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*. Reimpressão 5.^a ed. Coimbra: Almedina, 2017.
- BACHOF, Otto. *Normas constitucionais inconstitucionais*. Coimbra, Almedina, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11.^a ed.. Brasília: Editora UnB, 2000.
- BRITO, Miguel Nogueira de. *A Constituição Constituinte*. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.
- CANOTILHO, Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.^a ed. Coimbra: Almedina, 2000.
- DUARTE, Maria Luísa. *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da inter-normatividade*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2006.
- MADURO, Miguel Poiares. *A Constituição plural – constitucionalismo e União Europeia*. Cascais: Principia, 2006.
- MARTINS, Ana Maria Guerra. «Les valeurs communes et la place de la Charte en Europe», in *Estudos de Direito Público – Direito da União Europeia, Direito Internacional Público, Direito Constitucional*, Vol. I, p. 63-95. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.
- McCRUDDEN, Christopher. The future of the EU Charter of Fundamental Rights, in *Jean Monnet working papers*, n.º 10/01. Texto em <http://www.jeanmonnetprogram.org/archive/papers/01/013001.html>
- MELRO, Ana; OLIVEIRA, Lídia (org.). *Constitutional Knowledge and its Impact on Citizenship Exercise in a Networked Society*. IGI Global, 2019.
- MENÉNDEZ, Agustin José. «Unión Europea y Derechos Fundamentales en perspectiva constitucional», in *Unión Europea y Derechos Fundamentales en perspectiva Constitucional*, 2004, p. 93-126.
- MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional – Direitos Fundamentais*. Tomo IV. 5.^a ed. Coimbra Editora, 2012.
- MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.
- MORAIS, Carlos Blanco de. *Justiça Constitucional – Garantia da Constituição e Controle da Constitucionalidade*. Tomo I, 2.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.
- PACHECO, Maria de Fátima de Castro Tavares Monteiro. *Entre limites e expansibilidade: as disposições horizontais da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Tese. Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, 2014.

- PACHECO, Fátima. Vários sistemas e várias respostas para a protecção internacional dos direitos humanos. *Revista Jurídica Portucalense*, N.º 23, 2018, p. 228-250. [http://dx.doi.org/10.21788/issn.2183-5705\(23\)2018](http://dx.doi.org/10.21788/issn.2183-5705(23)2018).
- PACHECO, Fátima. “O Sistema de Protecção dos Direitos Fundamentais na União Europeia – Entre a Autonomia e o Compromisso”, in *Julgar*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011, 11-28.
- PICOD, Fabrice. «Les sources», in *Réalité et perspectives du droit communautaire des droits fondamentaux*. 2000, p. 125-185.
- PINTO, Luzia Marques da Silva Cabral. *Os limites do poder constituinte e a legitimidade material da Constituição*. Universidade de Coimbra: Coimbra Editora, 1994.
- ROBERTSON, A. H.; MERRILLS, J. G. *Human Rights in the world*, 4.^a ed. Manchester: Manchester University Press, 1996.
- ROCHÈRE, Jacqueline Dutheil de la. Les droits fondamentaux reconnus par la Charte et leurs applications, in *REDP*, Vol. 14, n.º 1, 2002, p. 227-253.
- QUADROS, Fausto de. *Direito da União Europeia – Direito Constitucional e Administrativo da União Europeia*. 3.^a ed. Coimbra: Almedina, 2013.
- VAZ, Afonso. *A teoria da Constituição Teoria da Constituição – o que é a Constituição hoje?* Coimbra: Coimbra Editora, 2012.
- VITORINO, António. *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Cascais: Principia, 2002.